

Mulher, Economia e Segurança: vicissitudes da educação formal no contexto de terrorismo em Moçambique

Women, Economy and Security: vicissitudes of formal education in the context of terrorism in Mozambique

Mujeres, Economía y Seguridad: vicisitudes de la educación formal en el contexto del terrorismo en Mozambique

Sergia Cecília Sumbane Williamo¹
<https://orcid.org/0009-0007-8443-4592>

Resumo

Educação formal e Empoderamento Económico para a Segurança Social de Mulheres Deslocadas do distrito de Palma em Cabo Delgado é uma das formas de luta para a mitigação a grave crise humanitária, mortes, destruição de infra-estruturas que gerou deslocamento de mais de um milhão de pessoas, impactando profundamente às mulheres. Elas enfrentam desafios como perda de meios de subsistência, violência de género e exclusão de oportunidades educacionais e económicas. Neste contexto, o acesso à educação formal e ao empoderamento económico emerge como estratégias cruciais para mitigar as vulnerabilidades a que se vêem mergulhadas. Pois, oferece habilidades para maior resiliência, enquanto a autonomia financeira fortalece a segurança social e a estabilidade comunitária. Este estudo qualitativo, baseado em análise bibliográfica e documental, examina como essas iniciativas promovem inclusão e segurança social para mulheres deslocadas em Palma, alinhando-se aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Busca-se identificar desafios, evidenciar potencialidades em função das políticas públicas e programas implementados. O artigo visa orientar mulheres na superação de desafios, destacando seu potencial transformador para reconstrução social e diálogo inclusivo.

Palavras-chave: Educação formal. Mulheres deslocadas. Vulnerabilidade.

Abstract

Formal Education and Economic Empowerment for the Social Security of Displaced Women in the Palma District, Cabo Delgado Formal education and economic empowerment are vital tools in addressing the severe humanitarian crisis marked by deaths, destruction of infrastructure, and the displacement of over one million people, which has profoundly impacted women. These women face challenges such as loss of livelihoods, gender-based violence, and exclusion from educational and economic opportunities. In this context, access to formal education and economic empowerment emerges as crucial strategies to mitigate the vulnerabilities they experience. These approaches provide skills for greater resilience, while financial autonomy strengthens social security and community stability. This qualitative study, based on bibliographic and documentary analysis, examines how these initiatives promote inclusion and social security for displaced women in Palma, aligning with the Sustainable Development Goals. It seeks to identify challenges, highlight potentialities in light of public policies and implemented programs, and guide women in overcoming obstacles, emphasizing their transformative potential for social reconstruction and inclusive dialogue.

Keywords: Formal Education. Displaced Women. Vulnerability.

Resumen

La Educación Formal y Empoderamiento Económico para la Seguridad Social de las Mujeres Desplazadas en el distrito de Palma en Cabo Delgado es una de las formas de lucha para mitigar la grave crisis humanitaria, muertes, destrucción de infraestructura que ha generado el desplazamiento de más de un millón de personas, profundamente impactando a las mujeres. Se enfrentan a desafíos como la pérdida de medios de vida, la violencia de género y la exclusión de oportunidades educativas y económicas. En este contexto, el acceso a la educación formal y el empoderamiento económico emergen como estrategias cruciales para mitigar las vulnerabilidades en las que se encuentran inmersos. Ofrece habilidades para una mayor resiliencia, mientras que la autonomía financiera fortalece la seguridad social y la estabilidad comunitaria. Este estudio cualitativo, basado en análisis bibliográfico y documental, examina cómo estas iniciativas promueven la inclusión y la seguridad social de las mujeres desplazadas en Palma, alineándose con los Objetivos de Desarrollo Sostenible. El objetivo es identificar desafíos y resaltar potencialidades en términos de políticas públicas y programas implementados. El artículo pretende orientar a las mujeres en la superación de desafíos, destacando su potencial transformador para la reconstrucción social y el diálogo inclusivo.

Palabras clave: Educación formal. Mujeres desplazadas. Vulnerabilidad.

¹ Universidade Aberta ISCED. Doutoranda em Ciência Política Relações Internacionais, pela Universidade Católica de Moçambique (UCM). Mestre em Ciência Política Governança e Relações internacionais (UCM). Licenciada em Ensino de História pela Universidade pedagógica - Delegação da Beira. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8443-4592>.

Introdução

O terrorismo no distrito de palma em Cabo Delgado, continua a causar crise humanitária na região, mortes, destruição de infra-estruturas e deslocamento forçado de mais de um milhão de pessoas. Entre os grupos mais afectados, as mulheres enfrentam desafios profundos que vão da perda de suas casas comunidades, interrupção de meios de subsistência, aumento da vulnerabilidade à violência baseada no género, exclusão de oportunidades educacionais e económicas. Para muitas delas, o deslocamento a que são sujeitas representa não apenas a ruptura com suas bases de origem e confortos sociais, mas também a dificuldade em ter acesso recursos essenciais para reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.

Nesse contexto, o acesso à educação formal e o empoderamento económico surgem como um meio crucial para mitigar a vulnerabilidades enfrentada por mulheres deslocadas. Pois a educação proporciona habilidades e conhecimento que aumentam sua resiliência, enquanto a autonomia financeira, alcançada por meio de actividades produtivas geradoras de renda e acesso ao mercado de trabalho, fortalecem sua capacidade de contribuir para a segurança social e estabilidade comunitária. O estudo busca analisar como o acesso à educação e estratégias de empoderamento na promoção da segurança social de mulheres deslocadas no distrito de Palma, investigar os principais desafios enfrentados por mulheres deslocadas em Cabo Delgado no acesso à educação e à inclusão económica bem como perceber o seu alinhamento com os objectivos do desenvolvimento sustentável. Metodologicamente a abordagem utilizada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Serão analisados relatórios de organizações internacionais, como ACNUR e UNICEF, espera-se que a pesquisa contribua para uma compreensão mais aprofundada das vulnerabilidades e potencialidades das

mulheres deslocadas em Cabo Delgado. Destacando as principais barreiras enfrentadas, mas também evidenciar como iniciativas de educação e empoderamento económico podem fortalecer a segurança social, promover a inclusão e reduzir a dependência dessas mulheres de ajuda humanitária, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e programas mais eficazes e sustentáveis, capazes de transformar a realidade dessas mulheres e suas comunidades.

O artigo servirá de bússola para orientar as mulheres deslocadas na superação dos desafios enfrentados, mas também destacar suas capacidades e o impacto positivo que políticas inclusivas e estratégias de empoderamento podem catapultar em suas vidas na reconstrução social, oferecendo recomendações baseadas em evidências, espera-se contribuir para um diálogo mais eficaz entre organizações humanitárias e as comunidades afectadas, promovendo um futuro mais resiliente e inclusivo.

Panorama Contextual

Situação político-militar vivida do distrito de Palma em Cabo- Delgado, com a eclosão da insurgência em 2017 protagonizada por grupos armados ligados a religião islâmica que depois passou a incorporar células militares, Palavra (2023). De acordo com dados da OIM (2022) este conflito resultou em deslocamentos massivos, destruição de infra-estruturas e uma crise humanitária sem aguda. As mulheres de Palma têm sido particularmente vulneráveis, enfrentando violência de género, exploração sexual, insegurança alimentar e dificuldades no acesso a serviços básicos como saúde e educação. Muitas foram forçadas a assumir papéis de chefes de família em meio à extrema instabilidade e desafios socioeconómico.

As operações terroristas em Palma ganharam grande repercussão à nível internacional, por conta do ataque protagonizado a um hotel que era frequentado por estrangeiros Palavra (2003), que degeneraram e uma violência estrutural, pois as decisões socio políticas privam as pessoas das necessidades básicas para uma vida plena e bem-estar, Ferreira (2023).

Segundo relatório do ACNUR (2021), evidenciam a violência de género cevera durante a crise, raptos, violações e casamentos forçados, agravando ainda mais a situação dessas mulheres. Este fenómeno impõe muitos desafios às mulheres, de entre elas as barreiras à educação formal, oportunidades económicas e segurança social. Vamos adiante analisar como a educação formal e o empoderamento económico fortalecem a resiliência feminina e promovem inclusão social, destacando sua relevância na superação das desigualdades de género.

Educação formal e empoderamento económico: mecanismos teóricos contemporâneos

A educação formal é amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Segundo Paulo Freire (1987), "a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." Freire destaca o papel da educação formal como um espaço estruturado de aprendizagem que possibilita o empoderamento e a emancipação social.

Paulo Freire, nos faz perceber que a educação formal é mais do que transmissão de conhecimentos; ela é um processo de transformação que forma pessoas conscientes e críticas, capazes de agir sobre uma certa realidade. Nesse contexto, a educação actua como ferramenta de empoderamento, permitindo que as

peças compreendam suas condições sociais, identifiquem desigualdades e busquem soluções coletivas. Ao mudar mentalidades e comportamentos, a educação desperta no indivíduo o sentimento de cidadania ativos, preparados para participar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, promovendo mudanças significativas no desenvolvimento humano e social.

De acordo com Giddens (2002), a educação formal é organizada em sistemas institucionais que fornecem instrução sistemática e certificada, essencial para o desenvolvimento de habilidades e competências que capacitam os indivíduos a participar ativamente na sociedade. Este tipo de educação desempenha um papel crucial na construção do capital humano, promovendo a igualdade de oportunidades e o acesso a melhores condições de vida.

Para o caso das mulheres deslocadas em centros de acomodação, a educação formal é essencial, pois oferece uma oportunidade de reconstruir vidas em meio as adversidades. Ao desenvolver habilidades e competências, essas mulheres ganham autonomia e capacidades de enfrentar desafios socioeconômicos. A educação também promove a igualdade de gênero, permitindo que tenham acesso a melhores oportunidades de trabalho e participação social. Além disso, fornece um espaço de empoderamento, ajudando-as a superar traumas, fortalecer sua auto-estima e integrar-se à sociedade. Assim, a educação formal é um caminho vital para transformar suas realidades e alcançar dignidade e inclusão.

Amartya Sen (1999) por sua vez, argumenta que a educação formal não apenas melhora as capacidades econômicas dos indivíduos, mas também amplia as liberdades individuais e coletivas, permitindo uma vida mais digna e com maior poder de escolha. Segundo ele, "as nossas oportunidades e projectos dependem da forma das instituições que existem e da forma como funcionam" (P.38).

No entendimento de Sen, a educação formal é um elemento importante para o desenvolvimento humano, pois transcende a questão dos benefícios económicos. Ao dar maior primazia as liberdades. A educação capacita indivíduos a fazerem escolhas informadas, a participarem activamente da vida da sociedade de maneira mais dignas. É uma ferramenta de emancipação que reduz desigualdades estruturais, proporcionando acesso a oportunidades e promovendo justiça social. Além disso, a educação fortalece capacidades humanas essenciais, como pensamento crítico e habilidades técnicas, que são fundamentais para quebrar os ciclos de pobreza e construir sociedades mais equitativas e resilientes.

Falar do empoderamento económico, estamos em face de um processo que visa a tornar os indivíduos, principalmente as mulheres e grupos marginalizados, ganham maior controle sobre recursos financeiros, decisões económicas e oportunidades de geração de renda, fazendo com que se reduzam as desigualdades sociais e haja promoção do desenvolvimento sustentável. O processo não se limita apenas ao aumento da renda, mas também na criação de capacidades de participação económica e autonomia financeira. Segundo Kabeer (1999), o empoderamento Económico implica "a capacidade de fazer escolhas estratégicas na vida, em um contexto em que essa capacidade foi previamente negada". Para Cornwall (2016), o empoderamento é central para transformar estruturas de poder desiguais e criar condições que permitam a plena participação económica e social.

O empoderamento é visto como um fenómeno quanto este é assumido como um processo dinâmico e contínuo pelo qual indivíduos ou grupos obtêm maior controle sobre suas vidas, decisões e recursos. Ele envolve mudanças estruturais, culturais e individuais que resultam na redistribuição de poder em sociedades marcadas por desigualdades, uma realidade que se potencia através do

envolvimento das mulheres em grupos, movimentos e associações feministas que contribuem para o seu pensar diferente e na perspectiva positiva.

A Relação entre Educação e Desenvolvimento Económico

A educação formal é largamente vista como um catalisador para o desenvolvimento económico sustentável. Psacharopoulos e Patrinos (2018) destacam que cada ano adicional de escolaridade pode resultar em um aumento de aproximadamente 10% no rendimento individual. Além disso, a educação promove a aquisição de habilidades e conhecimentos que são cruciais para o funcionamento eficiente dos mercados e das economias modernas.

O que significa dizer que a educação formal não apenas contribui para o conhecimento, mas também impondera individualmente o que certamente ira contribuir para o fortalecimento da economia em várias vertentes. Ao capacitar indivíduos com habilidades técnicas, cognitivas e sociais, ela melhora a produtividade no trabalho, impulsionando a inovação e a competitividade económica. Além disso, a educação cria uma força de trabalho mais qualificada, essencial para atender às necessidades de mercados modernos e tecnologicamente avançados. Economias com altos índices de escolaridade apresentam maior capacidade de adaptação às mudanças globais, promovendo o crescimento sustentável, redução da pobreza e maior estabilidade socioeconómica.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) também afirma que sistemas educativos robustos contribuem para a inovação e para a criação de empregos, especialmente em economias em desenvolvimento. Em Moçambique, por exemplo, a expansão do acesso ao ensino secundário e superior tem trazido impacto positivo na mobilidade económica, ainda

que desafios como a qualidade do ensino e a desigualdade de género persistam (World Bank, 2022).

De acordo com AIM numa informação de 10 de Janeiro de 2024, em termos práticos a educação na província de cabo Delgado possuía cerca de 1.600 escolas. No início de 2024, foram inauguradas 82 novas instituições de ensino, beneficiando aproximadamente 23 mil residentes nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia e Macomia. Apesar desses avanços, persistem desafios significativos, pois apresenta a maior disparidade na taxa de alfabetização por género em Moçambique, com a taxa feminina sendo cerca de 43% inferior à masculina, para além dos efeitos nefastos do deslocamento.

Olhando para o critério qualidade do ensino, este continua uma preocupação, afectando a capacidade dos graduados de competir no mercado de trabalho. A melhoria dos sistemas educativos é essencial para promover a inovação e a criação de empregos na região, contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável.

Educação formal como Factor de Redução da Pobreza

Outro aspecto crucial do empoderamento económico via educação formal é a sua capacidade de reduzir a pobreza. De acordo com Hanushek e Woessmann (2015), uma força de trabalho com maior nível de educação é mais produtiva, o que resulta em maior crescimento económico e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza. Ademais, mulheres com acesso à educação têm maior probabilidade de participar activamente no mercado de trabalho, contribuindo significativamente para o rendimento familiar e para o bem-estar das comunidades.

Para Sen (1999), a pobreza não se resume à falta de renda, mas é uma privação de capacidades fundamentais, como saúde, participação social e autonomia. A educação, nesse contexto, amplia as capacidades das pessoas, fornecendo conhecimentos e habilidades que possibilitam melhores oportunidades de emprego, maior acesso a recursos e fortalecimento da auto-estima. Além disso, contribui para escolhas mais informadas, melhorando a qualidade de vida individual e da comunidade. No nível social, a educação fomenta o desenvolvimento económico sustentável e reduz desigualdades, criando condições para uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, ela é um elemento transformador na luta contra a pobreza estrutural.

Embora a educação seja essencial para o empoderamento económico, países africanos enfrentam desafios significativos na sua implementação. A falta de infraestrutura adequada, a desigualdade de acesso entre zonas urbanas e rurais e as barreiras culturais ainda limitam o potencial transformador da educação formal (UNDP, 2021). Em Moçambique, embora a taxa de alfabetização tenha aumentado nas últimas décadas, questões como a desistência escolar e a qualidade do ensino continuam a ser um “calcanhar de Aquiles” para o Governo, por conta da exiguidade de fundos (INE, 2023).

Uma chamada obrigatória para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique

Olhando para os objectivos do desenvolvimento sustentável lançados em 2015 pela ONU, como parte da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano global para promover o bem-estar humano e proteger o planeta., o estudo alinha-se com os seguintes objectivos:

ODS 1 - Erradicação da Pobreza; ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 3 - Saúde e Bem-Estar; ODS 4 - Educação de Qualidade; ODS 5 - Igualdade de Género; ODS 10 - Redução das Desigualdades; ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

ODS 1 - Erradicação da Pobreza

A erradicação da pobreza é um objectivo fundamental para o desenvolvimento humano, pois a pobreza extrema limita as oportunidades e a liberdade das pessoas. A educação e o acesso a serviços básicos, como saúde, são essenciais para capacitar os indivíduos e promover a igualdade. A intervenção pública em áreas como educação e saúde é crucial para garantir que todos tenham acesso a oportunidades que permitam uma vida digna. Como advoga, Sen (1999, p.39) "um país que garante a todos cuidados de saúde e educação pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população". Portanto, a erradicação da pobreza deve ser uma prioridade nas políticas de desenvolvimento.

Para as mulheres que vivem deslocadas do distrito de Palma vivem em condições de extrema vulnerabilidade, pois estas dependem em grande medida de ajuda humanitária para alimentação e outros aspectos básicos para sua sobrevivência, a sua fonte de rendimento era a terra que a perderam, que constituía meio de subsistência, principalmente agrícolas e vivendo muitas delas em abrigos temporários sem condições adequadas de saneamento, saúde ou segurança.

Em termos de sucessos alcançados, há a destacar a formações profissionais organizadas por ONG's sob monitoramento do Estado em matérias de empreendedorismo através de capacitações em áreas como agricultura, artesanato

e pequenos negócios, Criação de empregos e políticas que promovam a geração de emprego e fontes de renda estáveis e o acesso ao Microcrédito facilitando o acesso a microcrédito para mulheres empreendedoras.

ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

Para o caso das mulheres deslocadas no distrito de Palma por conta da insurgência, muitas delas viram se forçadas a deixarem suas terras, comunidades e lares, ficando difícil de praticarem a agricultura, cenário este que propicia a Insegurança alimentar, tornando-as dependentes de ajuda humanitária para sobreviver, atentando e considerando que não assalariadas a única fonte para prover alimentos e a agricultura. Enfrenta igualmente barreiras económicas e sociais, pois a discriminação de género, limitações no acesso a oportunidades económicas e exclusão de programas agrícolas as torna cada vez mais vulneráveis.

De acordo com dados da OIM/DTM de Maio de 2024, refere que o conflito, limita o acesso dos agregados familiares aos meios de vida. Apesar do seu abrandamento, ainda existem agregados familiares deslocados e outros em processo de retorno às zonas seguras, mas com acesso limitado aos meios de produção agrícola e pecuária, dependendo, assim, de assistência alimentar humanitária disponibilizada pelo Governo e Parceiros.

O INGD Cabo Delgado afirma que, até Maio de 2024 existiam mais de 541,000 deslocados internos em Cabo Delgado devido ao conflito. Nos últimos meses, devido à uma estabilização na zona Norte do país, registaram-se movimentos de regresso, de cerca de 600.000 pessoas. Apesar destes sinais positivos, estas famílias regressam muitas vezes ao seu local de residência sem os meios necessários para reiniciar as suas actividades de subsistência.

O distrito de Palma, com base na Análise IPC da insegurança alimentar, com um universo populacional de 82,339 da qual em termos de necessidades na primeira fase ajuda beneficiou um total de 24,702 de pessoas o correspondente a 30%, estima-se que ainda cerca de 16,468 precisem de ajuda o correspondente a 20%, com base em dados extraídos do relatório Análise IPC da insegurança alimentar aguda e desnutrição. Sobre este objectivo tem registado alguns resultados positivos, apesar da escassez de terra para a prática da agricultura, contudo, na disponível tem se praticando a agricultura de subsistência para alimentar as famílias e comercializar excedentes, fomentar a criação de associações para reduzir custos e aumentar o acesso ao mercado.

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar

Este objectivo visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. De acordo com Organização Mundial da Saúde (1946) é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. E O bem-estar é frequentemente associado à capacidade de uma pessoa viver de forma satisfatória, com acesso a recursos materiais e imateriais que promovam a saúde e a felicidade. Sen (1999), introduziu a ideia de que o bem-estar está ligado à capacidade de alcançar “funcionamentos” desejáveis, como estar saudável e participar da vida comunitária.

O bem-estar e a saúde são influenciadas por algumas determinantes sociais e económicas, como a educação, renda, e acesso a serviços básicos, supõe-se que as desigualdades sociais influenciam de forma directa os níveis de oferta dos serviços de saúde. De acordo com dados do HeRAMS² Moçambique Cabo Delgado Actualizar

² Sistema de Monitoria da Disponibilidade de Recursos e Serviços de Saúde.

Relatório de Agosto 2024, o distrito de Palma conta com sete centro de saúde operacionais, sem nenhum hospital distrital e fazem atendimentos a todas patologias e referenciam em caso de gravidade ou transcender a sua alçada.

De acordo com o observatório do meio rural por Feijó (2024), ainda há precariedade dos serviços de saúde, apesar de todas unidades sanitárias reabertas, chegando-se ao o rácio de 1 medico para 41000 habitantes para além dos 10000 recomendados, chegando uma parteira a atender 7 partos em 1 turno e com 2 médicos de clínica geral, o que afigura uma situação bastante preocupante.

ODS 4 - Educação de Qualidade

Este tem como objectiva, assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Em Moçambique, esforços significativos têm sido realizados para alcança-lo, conforme destacado no "Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF) 2022–2026". Este documento enfatiza a importância de um sistema educativo de qualidade, equitativo e inclusivo para o desenvolvimento do capital humano e a justiça social no país.

De acordo com o observatório do meio rural, por João Feijó (2024), no destaque rural nr. 285, diz que os distritos de Palma estavam conhecendo uma rápida progressão em termos de abertura num total de 36, sendo 35 do ensino primário e 1 do ensino secundário de entre as 43 existentes no distrito, com turmas muito lotadas, pois, há falta de professores muito ainda não retornaram aso distrito. contudo, o regresso da população conhecia uma situação inversa, o que significa dizer que ainda muitas famílias continuam a viver na condição de deslocados.

Cenário que de forma clara mostra que a educação oferecida aos poucos que regressam as zonas de origem não é de qualidade.

Ao nível dos centros de acolhimento actuam alguns projectos como Grupo de mulheres de partilhas de ideias GMPIS, Nafete, Koica, UNFPA em parceria com a ONU mulher, ACNUR, que concebem projectos de uma educação formal com vista ao empoderamento desta classe.

ODS 5- Igualdade de Género

A mulher deslocada do distrito de Palma, por conta da insurgência, enfrenta grandes desafios de violência de género e acesso limitado a serviços de saúde sexual e reprodutiva, combate aos casamentos prematuros, através da aprovação da Lei n.º 19/2019, de 22 de Outubro, ainda no âmbito de garantias de direitos foi revista a lei de sucessões, Lei n.º 23/2019, de 23 de Dezembro para assegurar que a mulher sobrevivente seja a principal beneficiária em caso de morte do marido.

O Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 PQG, no Pilar do Desenvolvimento do Capital Humano, prevê a promoção da igualdade e equidade de género, inclusão social e protecção dos segmentos mais vulneráveis da população, como um dos seus objectivos estratégicos. É, igualmente, dada especial atenção a compromissos como a garantia de protecção e combate à violência baseada no género.

PQG 2020-2024 reforça o compromisso com a igualdade de género, equidade e inclusão social, priorizando a protecção de segmentos vulneráveis e o combate à violência baseada no género, tendo. Essas iniciativas reflectem esforços do governo para promover os direitos das mulheres e a protecção social em contextos desafiadores, visando fortalecer o capital humano e a justiça social.

A desigualdade de género vem sendo reconhecida como um factor de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza. (...) Por outro lado reconhece-se que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento, in Relatório de igualdade de género e empoderamento da mulher em Moçambique (2006, p. 3)

ODS 10 - Redução das Desigualdades

Este objectivo visa a redução das desigualdades, pois reconhece que a desigualdade, em suas variadas formas económica, social, política e cultural é um dos principais desafios globais que afectam o desenvolvimento sustentável.

- a) E se propõe a aumentar a renda dos 40% da população mais pobres a uma taxa superior à média nacional até 2030;
- b) Empoderar, promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, género, deficiência, etnia, origem, religião ou condição económica;
- c) Garantir igualdade de oportunidades, reduzindo disparidades nos resultados por meio de políticas inclusivas;
- d) Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados financeiros globais e das instituições que os regem;
- e) Facilitar a migração segura, regular e responsável, implementando políticas de gestão eficiente de migração;
- f) Desigualdades globais e regionais.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2020), a desigualdade de renda e de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento, continua ainda um calcanhar de alquiles no país. Para Collier (2007) a

descoberta de reservas de gás natural em Palma trouxe grandes investimentos, cenário que ampliou as desigualdades, enquanto algumas populações locais foram empregadas nos projectos, muitas comunidades enfrentaram deslocamento sem compensação adequada, perda de terras e marginalização económica.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Paz, Justiça e Instituições. Eficazes, este objectivo busca promover sociedades pacíficas e inclusivas de modo a garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições responsáveis e eficazes em todos os níveis. No contexto do distrito de Palma, em Cabo Delgado, Moçambique, esse objectivo é especialmente relevante, dada a complexidade dos desafios locais, como a insurgência armada, deslocamento forçado, exploração de recursos naturais e fragilidades institucionais. “Apesar dos passos significativos para a consolidação da paz com a assinatura do Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional em 2019. Entretanto, uma crise complexa, caracterizada por violência, surgiu no norte do país, em Cabo Delgado.” In (UNSDCF) Para Moçambique 2022 – 2026 pág. 19.

Para o caso vertente do distrito de Palma, enfrenta desafios como corrupção, baixa capacidade administrativa e falta de transparência, factores que dificultam a implementação de políticas públicas eficazes. Os projectos de exploração de gás natural criaram tensões entre as comunidades locais, empresas multinacionais e o governo, tornando agudas desigualdades sociais e a de confiança nas instituições e, a exploração de gás natural criou tensões entre as comunidades locais, empresas multinacionais e o governo, exacerbando as desigualdades sociais e a desconfiança nas instituições.

A crise humanitária no distrito de Palma, Cabo Delgado, causada pelo terrorismo, impactou negativamente há mais de um milhão de deslocados acolhidos nos centros de reassentamento, com efeitos profundos sobre mulheres, que nas variadas culturas africanas, principalmente as moçambicanas são o sustentáculo das famílias. Nesses espaços, enfrentam desafios como perda de meios de subsistência para si e seu agregado, violência de género, exclusão educacional e económica, além de dificuldades no acesso a recursos básicos. Este estudo analisa como o acesso à educação formal e ao empoderamento económico pode transformar as condições das mulheres deslocadas, fortalecendo sua resiliência e promovendo segurança social. A pesquisa qualitativa, baseada em análise bibliográfica e documental, foca na realidade dos reassentamentos, investigando barreiras enfrentadas e alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Evidencia-se como a educação e a inclusão económica geram autonomia, reduzem dependência de ajuda humanitária e fomentam a reconstrução social. O artigo propõe subsídios para políticas públicas que valorizem a perspectiva das mulheres deslocadas, promovendo inclusão, resiliência e transformação nos centros de reassentamento

Considerações finais

A pesquisa mostra que a educação formal e o empoderamento económico são fundamentais para fortalecer a segurança social de mulheres deslocadas no distrito de Palma na província de Cabo Delgado, especialmente em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais. Essas, com forte pendor cultural e agravadas pelo deslocamento forçado por conta do terrorismo, criam um ambiente de vulnerabilidade extrema para as mulheres. Nos centros de reassentamento, o acesso à educação joga um papel crucial ao proporcionar habilidades cruciais para a

reconstrução de vidas, aumento da resiliência e promoção de maior autonomia. Concomitantemente, a autonomia financeira, alcançada por meio de actividades geradoras de renda, reduz a dependência de ajuda humanitária e contribui para a estabilidade comunitária.

Entretanto, as mulheres enfrentam inúmeros desafios, incluindo barreiras culturais que limitam o acesso à educação e ao trabalho, infra-estruturas educacionais precárias nos reassentamentos, exclusão dos mercados e persistente discriminação de género. O deslocamento causado pelo terrorismo exacerba essas barreiras, dificultando ainda mais a inclusão social e económica.

Apesar disso, iniciativas bem estruturadas, como programas de capacitação voltados para o mercado de trabalho, microcrédito e educação inclusiva, mostram-se eficazes para mitigar essas dificuldades. Essas acções estão alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente em relação à igualdade de género, educação de qualidade e crescimento económico sustentável.

Para maximizar o impacto dessas intervenções, é necessária uma maior articulação entre políticas públicas, organizações humanitárias e as comunidades locais. O envolvimento activo das próprias mulheres deslocadas no planeamento e execução dessas acções pode garantir que as iniciativas sejam mais eficazes e culturalmente sensíveis.

Investir na educação e inclusão económica das mulheres deslocadas não é apenas uma estratégia para reduzir vulnerabilidades imediatas, mas também uma abordagem fundamental para promover uma reconstrução digna e sustentável das comunidades de reassentamento em Cabo Delgado. Além disso, ao enfrentar as desigualdades sociais e culturais de maneira integrada, essas acções têm o potencial de contribuir significativamente para uma transformação social mais ampla em Moçambique.

Referências

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1990). *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Vozes.

Collier, P. (2007). *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford University Press.

Cornwall, A. (2016). *Women's empowerment: What works and why?* UN Women Discussion Paper, 2016.

Ferreira, B. C. (2023). O conflito em Cabo Delgado, Moçambique: Uma análise socioeconómica à escalada do conflito em 2017. In P. Ramalho & F. P. Garcia (Coords.), *Revista Estratégia* (Vol. XXXII, pp. 383–478). Lisboa.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.

Giddens, A. (2002). *Sociologia*. Artmed Editora.

Hanushek, E. A., & Woessmann, L. (2015). *The Knowledge Capital of Nations: Education and the Economics of Growth*. MIT Press.

Kabeer, N. (1999). Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change*, 30(3), 435–464.

Palavra, A. J. A. (2023). Intervenção militar e presença militar estrangeira: Caso Cabo Delgado. In P. Ramalho & F. P. Garcia (Coords.), *Revista Estratégia* (Vol. XXXII, pp. 371–381). Lisboa.

Psacharopoulos, G., & Patrinos, H. A. (2018). Returns to investment in education: A decennial review of the global literature. *Education Economics*, 26(5), 445–458.

Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.

UNDP. (2021). *Human Development Report 2021/2022: Uncertain Times, Unsettled Lives*.

UNESCO. (2020). *Global Education Monitoring Report*.

World Bank. (2022). *Mozambique Economic Update: Empowering People for Inclusive Growth*.

Recursos online:

Food Security and Malnutrition. (2024). *Mozambique Acute Food Insecurity and Acute Malnutrition Report*. Retrieved from https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Mozambique_Acute_Food_Insecurity_Acute_Malnutrition_April2024_Mar2025_Report_Portuguese.pdf.

Healthcare Services. (2024). *Cabo Delgado Communicable Diseases Services Report*. Retrieved from https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/emergencies/herams/herams_moz_cabodelgado_sdr_report_2024_communicable_diseases_services.pdf.

ILO. (2023). *Labour Market Trends in Mozambique*. Retrieved from https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40africa/%40ro-abidjan/%40ilolusaka/documents/publication/wcms_846293.pdf.

UNFPA. (n.d.). Relatório sobre Igualdade de Género em Moçambique. Retrieved from <https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/IGUALDADEGENERO.pdf>.

Os(as) autores declararam que a presente contribuição é original, que não foi submetida a outro periódico e que não identificaram conflitos de interesse ao longo do processo de submissão, avaliação, edição e publicação.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.